



Área de Concentração: Direito Econômico,
Financeiro e Tributário

Subárea: Direito Financeiro

Nível: Doutorado



PROCESSO SELETIVO PARA INGRESSO NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA
FACULDADE DE DIREITO DA USP 2025

Primeira Fase: Prova de Conhecimentos Jurídicos

Instruções

1. Só abra este caderno quando o fiscal autorizar.
2. Verifique se o seu nome está correto na capa deste caderno e se corresponde à área (subárea) e ao nível em que você se inscreveu. Informe ao fiscal de sala eventuais divergências.
3. Durante a prova, são **vedadas** a comunicação entre candidatos e a utilização de qualquer material de consulta, eletrônico ou impresso, e de aparelhos de telecomunicação.
4. A prova deverá ser feita utilizando caneta esferográfica com **tinta azul ou preta**.
5. Escreva com letra legível e não assine sua dissertação, para não permitir a sua identificação.
6. A resposta deverá ser escrita exclusivamente nas linhas destinadas a ela. O verso das folhas poderá ser utilizado para rascunho e não será considerado na correção.
7. Não haverá tempo adicional para transcrição do rascunho para as folhas definitivas de resposta.
8. Duração da prova: **2 horas e 30 minutos**. Somente será permitida a saída definitiva a partir das **14h15**.
9. Lembre-se de que a FUVEST se reserva o direito de efetuar procedimentos adicionais de identificação e controle do processo, visando a garantir a plena integridade do exame. Assim, durante a realização da prova, poderá ser coletada por um fiscal uma foto do(a) candidato(a) para fins de reconhecimento facial, para uso exclusivo da USP e da FUVEST. A imagem não será divulgada nem utilizada para quaisquer outras finalidades, nos termos da lei.
10. Ao final da prova, será **obrigatória** a devolução deste caderno.

Declaração

Declaro que li e estou ciente das informações que constam na capa desta prova, bem como dos avisos que foram transmitidos pelo fiscal de sala.

ASSINATURA

O(a) candidato(a) que não assinar a capa da prova será considerado(a) ausente da prova.



RASCUNHO
NÃO SERÁ
CONSIDERADO NA
CORREÇÃO



Área de concentração: **Direito Econômico, Financeiro e Tributário**

Subárea: **Direito Financeiro**

QUESTÃO 1

Considere a seguinte situação:

Foram descobertos sinais da existência de petróleo a 200 km da foz do rio Amazonas, na costa do Amapá. A Petrobrás solicitou autorização à Agência Nacional do Petróleo – ANP para realizar pesquisas no local. Para analisar o pedido foi designada uma Audiência Pública. Destaca-se que o pedido é para pesquisa, e não para exploração, que seria uma fase posterior a ser analisada, e que requererá estudos específicos de impacto ambiental e de viabilidade econômica.

Para a audiência pública, que ainda não ocorreu, inscreveram-se: (1) a Petrobras, defendendo a importância da soberania energética brasileira, bem como a arrecadação patrimonial e tributária daí advinda, seja na fase de pesquisa, seja em eventual fase posterior de exploração; (2) a Associação dos Defensores do Meio Ambiente do Amapá, que se contrapõe ao pedido, sob argumentos ambientalistas; (3) a Federação do Comércio do Estado do Amapá, que é favorável à autorização de pesquisa, sob o argumento de dinamização da economia local, em face das compras governamentais que gerarão receita para o comércio local; e (4) o IBAMA, que se opõe ao pleito, argumentando a necessidade de estudos prévios, mesmo para a concessão de licenças ambientais na fase de pesquisa.

Analise a situação acima descrita e discorra sobre:

- (A) Os aspectos jurídicos das receitas públicas envolvidas na fase de autorização para pesquisa; (até 1,0 ponto)
- (B) Os aspectos jurídicos das receitas públicas envolvidas em caso de futura concessão para exploração desses recursos naturais não renováveis; (até 1,0 ponto)
- (C) Como *compatibilizar financeiramente*:
 1. A necessidade de receitas públicas, próprias ou transferidas, para fazer frente às despesas públicas necessárias em qualquer sociedade. (até 1,0 ponto)
 2. Analise como isso deve ocorrer em regiões com baixo desenvolvimento socioeconômico, como o Estado do Amapá, de modo a reduzir as desigualdades regionais, que é um dos objetivos fundamentais da República brasileira (art.3º, III, CF). (até 1,0 ponto)
 3. Correlacione os itens acima com o princípio da proteção ambiental (art. 225, CF), que é um dos princípios da ordem econômica (art. 170, VI, CF) e do sistema tributário nacional (art. 145, §3º, CF). (até 1,0 ponto)

QUESTÃO 2

Sobre a Constituição Financeira, elabore um texto que aborde os tópicos a seguir:

- a) Explique o conceito de Constituição Financeira a partir da diferença entre constituição formal e material. Explique qual seu conteúdo e os pressupostos da Constituição Financeira para a interpretação do Direito Financeiro. (até 1,0 ponto)

RASCUNHO
NÃO SERÁ
CONSIDERADO NA
CORREÇÃO



- b) O que você entende por federalismo fiscal e como a Constituição Financeira organiza o modelo de federalismo cooperativo (horizontal e vertical) que caracteriza as relações entre as unidades federativas? Esclareça qual o papel do princípio da solidariedade no pacto federativo. (até 1,0 ponto)
- c) Discorra sobre o objeto do Direito Financeiro à luz das escolas objetiva, subjetiva e funcional e explicita qual a sua posição acadêmica a respeito. (até 1,0 ponto)
- d) Acerca dos princípios que regem o federalismo fiscal da Constituição Financeira, esclareça: (até 1,0 ponto)
- A União está autorizada a proibir Estados e Municípios de emitirem títulos mobiliários?
 - A União pode tributar subvenções concedidas por estados e municípios?
 - No modelo de federalismo cooperativo, a União pode reter recursos transferidos destinados a estados e municípios?
- e) Explique o conceito de orçamento impositivo à luz da Constituição Financeira, quais são as limitações para emendas parlamentares e como se caracterizam os regimes de modificação da lei orçamentária. (até 1,0 ponto)



RASCUNHO
NÃO SERÁ
CONSIDERADO NA
CORREÇÃO



RASCUNHO
NÃO SERÁ
CONSIDERADO NA
CORREÇÃO



RASCUNHO
NÃO SERÁ
CONSIDERADO NA
CORREÇÃO



Ruled area for writing the answer, consisting of 30 horizontal lines.



RASCUNHO
NÃO SERÁ
CONSIDERADO NA
CORREÇÃO



RASCUNHO
NÃO SERÁ
CONSIDERADO NA
CORREÇÃO



RASCUNHO
NÃO SERÁ
CONSIDERADO NA
CORREÇÃO



RASCUNHO
NÃO SERÁ
CONSIDERADO NA
CORREÇÃO



Pós-Graduação Direito 2025
1ª Fase – Conhecimentos Jurídicos

0/0

1

1/100

